

Representações sociais de estudantes da UFBA sobre as cotas universitárias

Social representations of students from FUBA about the university quotas

Carlos Vinicius Gomes Melo¹

Gilcimar Santos Dantas²

Zélia Maria Brandão Fernandez³

Marcos Emanuel Pereira⁴

Antonio Marcos Chaves⁵

RESUMO: Neste estudo foram investigadas as representações sociais dos estudantes universitários a respeito das cotas universitárias. A amostra, selecionada por conveniência, contou com 66 estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que responderam um questionário com duas questões de evocação e duas questões abertas. Os dados das duas primeiras questões foram analisados através do EVOC, buscando identificar, principalmente, o critério de saliência das evocações; e os das duas últimas por meio do ALCESTE, procurando colher material para análise lexical. Os resultados mostraram que os estudantes apresentam uma tendência a uma representação racializada das cotas, acreditando que estas são reservadas principalmente a estudantes negros. Neste sentido, os estudantes enfatizam a adesão de cotas sociais e não raciais, acreditando ser este o modo mais justo, apesar de na UFBA terem, primeiramente, um caráter socioeconômico. Na defesa de cotas sociais e não raciais, os argumentos dos que são contra ou a favor (tanto raciais quanto sociais) não possuem diferenças fundamentais quando investigado sobre a representação social das cotas universitárias.

Palavras-chave: representações sociais; cotas universitárias; cotista; núcleo central.

ABSTRACT: This study investigated the social representations of college students about the quotas at the university. The sample selected for convenience, included 66 students from the Federal University of Bahia (FUBa) who answered a questionnaire with two questions of evocation and two open questions. Data from the first two questions were analyzed using the EVOC, seeking to identify, mainly, the criteria of salience of evocations, and the last two by ALCESTE, looking for material for lexical analysis. The results showed that students have a racialized representation of quotas, believing that these ones are reserved primarily to black students. In this sense, students emphasize adopting social and not racial quotas, believing this to be the fairest way, despite the quotas in FUBa have a socioeconomic character, first. In defense of social and not racial quotas, the arguments of those who are against or in favor of quotas (both racial as social) do not have fundamental differences when investigated about the social representation of university quotas.

Keywords: social representations; university quotas; quotaholder; central core.

¹ Estudante de Mestrado em Psicologia Social e Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia - Salvador, Brasil. E-mail: cviniciusgm@gmail.com.

² Estudante de Mestrado em Psicologia Social e Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia - Salvador, Brasil.

³ Estudante de Mestrado em Psicologia Social e Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia - Salvador, Brasil.

⁴ Doutor em Psicologia; Professor de Psicologia Social e coordenador do LEPPS (Laboratório de Estudos Psicológicos e Sociais), do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia - Salvador, Brasil.

⁵ Doutor em Psicologia Escolar; Professor e Diretor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia - Salvador, Brasil.

Introdução

O panorama do sistema de cotas

As cotas nas universidades brasileiras é um assunto que divide opiniões por parte da população, da mídia e dos intelectuais, gerando diversos argumentos contra e a favor da sua manutenção (Naiff, Naiff & Souza, 2009). Um dos principais argumentos dos que se posicionam contra tal sistema é de que se trata de uma política injusta que deveria estar focada unicamente estudantes de escolas públicas e que uma política com foco racial dividiria a universidade e o país entre brancos e negros (Paiva, 2010). Do outro lado, aqueles que defendem esta política consideram que se trata de uma reparação a grupos historicamente lesados que até então sofrem as consequências desses danos históricos, dentre estes, a população negra e indígena (Paiva, 2010).

Apesar de ter sido implementada no início de 2003, a política de cotas universitária tem sido debatida nas ações do movimento social negro desde a década de 1980 (Telles, 2003) e se insere em um sistema mais amplo que recebe o nome de Ações Afirmativas (AAs). Estas ações são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento e a compensação de perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (Telles, 2003).

Um ponto decisivo para as AAs no Brasil foi o reconhecimento, na Conferência de Durban, em 1993, de que havia povos historicamente prejudicados e da necessidade urgente de reparação (Telles, 2003). Outro ponto importante foi o reconhecimento, em 1996, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, de que o Brasil seria um país que estruturava as suas relações com base no racismo (Machado & Silva, 2010; Paiva & Almeida, 2010; Telles, 2003). Somado a esses acontecimentos estão os dados produzidos pelo *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (Ipeia), em 2000, que demonstravam que havia grandes desigualdades entre brancos e negros no Brasil, se tornando, então, difícil negar a existência de diferenças com base racial e a necessidade de meios de reparação dessas diferenças (Paiva, 2010).

Nas universidades públicas brasileiras, a maioria dessas políticas tem como foco estudantes de escolas públicas (cotas sociais), salvaguardando uma parte das vagas para estudantes negros e indígenas (cotas raciais) e outra parte para qualquer outro estudante advindo do ensino público, independente da sua raça/cor. Ainda assim, algumas universidades trabalham com acréscimo de vagas para negros e indígenas e reserva de vagas para outros estudantes de escolas públicas (Machado & Silva, 2010).

Quando as primeiras universidades públicas ofereceram este sistema enquanto ação afirmativa de reparação houve, nacionalmente, um grande apelo social e midiático.

Dentre estas primeiras entidades, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 2003 implementou a lei da reserva de cotas para estudantes autodeclarados “negros” e para outros grupos em vulnerabilidade social (Cicalo, 2012). A Universidade de Brasília (UnB), também neste mesmo ano, aprovou o *Plano de Metas para integração social, étnico e racial da UNB*, reservando 20% das vagas para candidatos negros (Valverde, 2008), embora sua primeira proposta tivesse surgido em 1999 (Queiroz & Santos, 2006). A Universidade do

Estado da Bahia (UNEB) já havia estabelecido, aprovando o sistema de cotas para negros oriundos de escolas públicas em 2002, através do qual estabeleceu reserva de 40% de suas vagas relativas aos cursos de graduação e pós-graduação.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com 70% de vagas gerais, tinha 10% para indígenas e 20% de vagas para negros e realizou o primeiro vestibular com cotas em dezembro de 2003, para ingresso em 2004 (Lei nº 2.589/2002; Lei nº 2.605/2003; Cordeiro, 2013).

Em 2004, ocorreu a aprovação da política de cotas na Universidade Estadual de Londrina (UEL), tendo o seu primeiro vestibular sob tal configuração em 2005. Neste sistema de cotas foi definido que 40% das vagas seriam destinadas também a candidatos oriundos de escola pública, sendo que metade destas estaria destinada ao público com autodeclaração de preto ou pardo (negro), mas tendo critérios mais específicos quanto à associação entre número de inscritos e a disputa de vagas em cada curso. Critério este que foi retirado após a avaliação do sistema pelo Conselho Universitário, realizada em 2011. Já a reserva de vagas para indígenas, na UEL é definida por via de vagas suplementares, desde 2002 (Silva & Pacheco, 2013). Ao longo desses 10 anos foi se ampliando o número de universidades que aderiram as cotas, mas todas sendo regidas por critérios estabelecidos pelos seus Conselhos Universitários.

No contexto baiano, a aprovação do sistema de cotas na Universidade Federal da Bahia (UFBA) ocorreu em 2004, embora a proposta tenha sido apresentada em 2002 (Queiroz & Santos, 2006), contemplando candidatos que cursaram os três anos do ensino médio e mais um ano do ensino fundamental na rede pública de ensino, estabelecendo 45% das vagas para todos os cursos, com diferencial em relação à condição étnico-racial do estudante. Assim, 85% dessa reserva cotizada, ou seja, 36,55% do total, direcionada para os autodeclarados pretos e pardos, e 15,0% dessa reserva, 6,5% do total, aos autodeclarados não negros (brancos e/ou amarelos). Um percentual de 2,0% foi destinado aos indígenes e outra reserva de duas vagas extras, em cada curso, para índios aldeados e estudantes oriundos de comunidades quilombolas (Santos & Queiroz, 2013; Resolução nº 01/2004). Em 2006, ocorreu a criação da Comissão para estudos e análise sobre Cotas de Índios, o que resultou na reformulação do programa em 2007 e na aprovação da reserva de 40% para candidatos negros e 5% para candidatos indígenas oriundos do ensino médio público e com renda familiar inferior a 10 (dez) salários mínimos, tendo ainda em 2008 e 2009, resoluções que vieram a alterar, revogar e incluir os critérios no seu sistema de cotas (Resolução nº 196/2002; Resolução nº 370/2006; Resolução nº 468/2007; Resolução nº 710/2009).

Apesar de ter sido pautado pelas próprias universidades públicas, através dos seus Conselhos Universitários, surgiram inúmeros questionamentos quanto a sua (in)constitucionalidade, questionamentos esses representados judicialmente por processos de agravos regimentais em apelação cível, apelações cíveis em mandado de segurança, ações cominatórias, etc., produzindo trincheiras de ações judiciais contra e em defesa da tal política de reparação, o que faz chegar à análise e julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que em abril de 2012, julgou pela sua constitucionalidade.

Este julgamento levou o Congresso Nacional a aprovar uma lei pelo estabelecimento de cotas em todas as universidades públicas federais, além de uniformizar as decisões em mais de cinquenta instituições federais que desde 2004 a adotavam e vinham utilizando

como critério o que seus próprios Conselhos Universitários estabeleçam (Santos, 2013). Sancionada com a assinatura da presidenta Dilma Rousseff, a Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, estabelece no seu Art 1º, que:

As instituições federais de educação superior, vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o *caput* deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

O critério de raça/etnia/cor para a reserva de vagas aparece no Art 3º:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ou seja, as cotas universitárias é um programa que em primeira instância é promotora de uma reparação e equidade social (como declarado no Art. 1º e em seu parágrafo único) e em segundo plano agente de uma reparação e equidade racial (como descrito no Art. 3º).

Em âmbito nacional, em especial nas comunidades universitárias, a política de cotas tem sido amplamente debatida e, conseqüentemente, tem gerado alguns incômodos em função de discutir algumas questões que até então, poder-se-ia dizer, estão muito bem sedimentadas e pouco questionadas nas estruturas do acesso ao ensino superior nas universidades públicas, como: inclusão, igualdade, oportunidade, reparação, separação, direito, etc. (como algumas das evocações resultantes desta pesquisa).

Em suma, apesar dos dez anos de existência desde a sua implementação, sabe-se muito pouco ainda sobre o que realmente pensa a comunidade acadêmica sobre a questão das cotas nas universidades. Este estudo procura contribuir, buscando explicar como os estudantes universitários da Universidade Federal da Bahia representam socialmente tal configuração universitária, sendo eles também alvos dessa política.

Fazer conhecer e interpretar tal representação destes estudantes integrantes de uma comunidade universitário configurada num sistema de cotas é o mesmo que, para Abric (2000), tentar dar bases ao entendimento dos processos de construção social da realidade, o que vem a reger as relações destes indivíduos com seu ambiente físico e social, o que porventura venha determinar comportamentos e práticas.

O estudo das representações sociais

A Teoria das Representações Sociais é uma abordagem psicossociológica sobre o processo de construção do pensamento social que foi proposta pelo psicólogo social Serge Moscovici (Chaves & Silva, 2011). Representações Sociais é um conjunto dinâmico de conceitos, teorias, proposições e explicações destinadas a interpretar e organizar o real da vida cotidiana, nelas havendo dimensões históricas e transformadoras, presentes através de símbolos linguísticos, aspectos culturais, cognitivos e valorativos (Moscovici, 2003; Nascimento-Schulze & Camargo, 2000).

Moscovici (2003) aponta dois eixos da construção desta teoria: o social e o simbólico. Ele afirma que *representar* é um ato de pensamento que recoloca algo ausente (ou distante), mas presente no espírito, na consciência. Tal ato exprime uma relação com o objeto, reposicionando-o no universo de apropriação do sujeito, implicando em um papel ativo deste na sua forma de pensar e interpretar a realidade.

As representações sociais acabam funcionando, portanto, como um fenômeno mediador entre indivíduo e sociedade (Almeida, Santos & Trindade, 2000; Chaves & Silva, 2011).

Sob um ponto de vista estrutural, o seu conteúdo é organizado em uma hierarquização interna de “núcleo central” e de “elementos periféricos”. No núcleo central, ou sistema central, está o sistema estruturante e fundamental da representação, o que vem determinar tanto o seu significado quanto a sua organização. Este núcleo passa a funcionar como uma unidade que preserva a memória de um grupo, respeitando a sua história e ideologias e se torna, de alguma forma, autônomo e resistente à mudança. Em sua volta se integram outros elementos que comportam variações menos rígidas dos conteúdos, definido como “sistema periférico”, podendo ser também denominados como “esquemas de concretização” ou “esquemas de ilustração”. Este sistema periférico chega como aquele que atualiza os conteúdos oferecendo elementos com perspectivas mais individuais e contraditórias, ajudando o sistema central a se “ancorar na realidade” (Abric, 2000; Chaves & Silva, 2011; Mazzotti & Judith, 2002; Sá, 1996).

O fato de este núcleo central ter uma característica mais estável não significa ser imutável, mas de fato é uma estrutura mais conservadora e requer mais tempo para ser mudada. Ele pode ser colocado como o responsável pela preservação dos significados de determinada representação social. O núcleo representacional é determinado pela natureza do objeto representado e pelo tipo de seleção que o grupo tem com este objeto (sistema de valores e de normas sociais), assegurando a sua continuidade em contextos móveis e evolutivos, fornecendo o significado à representação e permitindo também o estudo comparativo das representações. Já os elementos periféricos são mais acessíveis, vivos e concretos, dependendo do contexto, concretizam a ancoragem e dão representação à realidade, permitindo a formulação da representação em termos concretos, imediatamente compreensíveis e transmissíveis (Abric, 2000; Chaves & Silva, 2011; Mazzotti & Judith, 2002).

As representações sociais e seu caráter flexível e consensual fazem com que esses sistemas se complementem. O sistema central pode variar, em amostras populacionais diferentes, isto em função deste caráter de frequente diálogo com os elementos periféricos (Abric, 2000; Sá, 1996). A dialética entre os sistemas cognitivos (produto das experiências vivenciadas pelo indivíduo) no seu contexto sociocultural e o aspecto social, propriamente dito, cria uma dinâmica diferenciada a cada situação onde tempo e contexto, formação e características dos diversos grupos se modificam, transformando as representações sociais, o que torna mais difícil fazer destas, entidades absolutas e rígidas (Sá, 1996).

A questão que surge para o investigador, exposto por Sá (1996), é de como legitimar a pesquisa de modo que dê conta de abranger todos os aspectos das representações sociais no seu conteúdo, nas relações e organização entre seus elementos e o seu sistema de controle, tendo como principal objeto de pesquisa a representação social fundamentada na ideia do núcleo central. Esta questão metodológica diz respeito à necessidade da utilização de diferentes instrumentos que abranjam a especificidades do estudo e da teoria das

representações sociais baseadas nas ideias de núcleo central e do sistema periférico. Esta demanda está relacionada à como dar conta da variabilidade das construções cognitivas das representações sociais e de como elas se organizam e se deparam com os métodos de coleta e análise de dados.

Método

Tentando conhecer as representações sociais que os estudantes universitários da UFBA tem sobre o fenômeno das cotas universitárias, esta pesquisa utilizou para a coleta de dados o procedimento associativo de evocação livre de palavras, que segundo Sá (1996) e Sant'Anna (2012) vem se apresentando como um dos mais utilizados para levantamento de dados ao se tratar de representações sociais. Este método direciona para questões estruturais em que se destacam estudos cuja análise de dados se baseia na teoria do núcleo central de Abrieu (2000).

Participantes

Participaram da pesquisa 66 estudantes de diversos campi da UFBA, com idades variando entre 17 e 53 anos. Seguindo a classificação de etnia/raça/cor do IBGE, foram 27,3% de brancos, 18,2% de pretos, 43,9% de pardos, 4,5% de amarelos e 6,1% de pessoas que não se classificaram dentro deste critério. Segundo critério da CAPES sobre as áreas de conhecimento, 18,2% estavam matriculados em cursos da área das ciências exatas e da terra, 3,0% matriculados nas ciências biológicas, 18,2% nas engenharias, 10,6% nas ciências da saúde, 27,3% nas ciências sociais aplicadas, 7,6% nas ciências humanas, 10,6% nas áreas da linguística, letras e artes e 3,0% se encaixavam nas ciências multidisciplinares, sendo que 1,5% não assinalara esta questão.

O procedimento de amostragem foi a não probabilística por conveniência, no qual era solicitado aos estudantes presentes nas áreas públicas dos campi universitários.

Procedimentos, instrumentos e direções de análise

O instrumento de coleta foi um questionário, subdividido em duas partes. A primeira era constituída por duas questões, objetivando trabalhar com a técnica de evocação livre, no qual buscava investigar principalmente a saliência dos elementos sobre o assunto *cotas e cotistas*.

A segunda parte do questionário foram duas perguntas abertas, procurando colher material textual cursivo para análise de associação acerca da sua opinião e conhecimento sobre o sistema de cotas.

As questões de associação livre tinham as seguintes perguntas: "Quais cinco palavras lhe vem à mente quando você ouve a expressão 'cotas universitárias'?" e "Quais cinco palavras lhe vem à mente quando você ouve a expressão 'cotista'?". Já nas questões abertas, as perguntas foram: "Você é contra ou a favor das cotas universitárias? justifique a sua resposta." e "O que você sabe sobre cotas universitárias?". Por este instrumento também procurou saber dos participantes a sua idade, a sua raça/cor e o seu curso ao qual era estudante na instituição UFBA.

As análises dos dados foram feitas pelo programa de Análise de Evocações ou *Evoc*, versão 2005, e pelo programa Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto ou *Alceste*, versão 2010.

O primeiro programa, *Evoc*, é um instrumento de análise que possui os procedimentos de coleta, processamento, análise e uma visualização simples e rápida nas articulações entre dados de natureza quantitativa e qualitativa na organização e ordenamento dos elementos dos sistemas central e periférico, através da ordem média e frequência das palavras evocadas (Sant'Anna, 2012).

Já o *Alceste*, apesar de mais complexo na operação e nos processos internos, permite análises mais profundas, lidando com uma gama maior de materiais textuais e não se restringindo somente à abordagem estrutural das representações sociais. Enquanto possibilidade interpretativa, traz a hipótese de que as categorias de vocabulário organizados estatisticamente, a partir de vários níveis de contexto do discurso dos entrevistados, forneceriam indícios dos conteúdos e associações destas representações (Sant'Anna, 2012).

Apesar das especificidades de cada programa, o uso de ambos é justificado pela possibilidade de compreensão do significado a partir do discurso do participante, pela identificação de relações entre elementos da representação por meio das redes de associações, por buscar a parte consensual da representação e da organização dos núcleos de sentido pelas análises lexicais, pela associação entre palavras mais frequentes no contexto onde são usadas dentro de uma classe particular do discurso, indicando assim um campo representacional e pelas análises das frequências e ordens médias de evocação, o que ajuda na interpretação dos elementos centrais e periféricos (Sant'Anna, 2012).

A fim de buscar informações nos discursos sobre as percepções destes sujeitos sobre o programa de cotas, os dados foram analisados na tentativa de extrair, conteúdos inferidos a partir dos indicadores descritos nas tabelas e figuras.

Resultados e discussões

Nesta sessão serão apresentados os resultados referentes às quatro perguntas do questionário utilizado na pesquisa, sendo que as duas primeiras se tratam das evocações, analisadas por meio do *Evoc*, representadas nas Tabela 1 e Tabela 2, e as duas últimas dizem respeito às questões abertas, analisadas através do *Alceste*, nos dendogramas observados nas Figura 1 e Figura 2.

Referente da primeira questão do instrumento “Quais as cinco palavras lhe vem à mente quando você ouve a expressão ‘cotas universitárias?’”, as evocações que surgem, segundo a análise do *Evoc*, como conteúdos do núcleo central, evocações com maior frequência cuja ordem de evocação seja inferior à ordem média são “escola pública”, “inclusão” e “negro” (primeiro quadrante da Tabela 1). Destes resultados, se pode interpretar, enquanto crença central, que o sistema de cotas seja um meio de inclusão voltado para estudantes de escola pública e negros.

“Igualdade” e “oportunidade” fazem parte da primeira periferia das representações dos estudantes, sendo os elementos periféricos mais próximos do núcleo central (segundo quadrante da Tabela 1). Segundo a análise do *Evoc*, são evocações de maior frequência e

maior ordem de evocação que a ordem média. Estes termos, na primeira periferia, parecem corroborar as cognições do núcleo central, sobretudo, no que se refere à ideia de inclusão.

Na segunda camada de elementos periféricos, ou segunda periferia, da representação social sobre as cotas, aparece o termo “reparação”, com menor frequência e de menor ordem de evocação que a ordem média (terceiro quadrante da Tabela 1). Este dado pode sugerir que esta representação periférica esteja relacionada à evocação do núcleo central “negro”, sendo que uma justificativa para as cotas quando se trata da população negra brasileira.

Na terceira e última periferia, ou seja, as evocações de menor frequência e maior ordem de evocação, que são de menor relevância para a representação e de uma maior distância dos elementos do núcleo central, estão os termos como “acesso”, “direito” e “democracia” que parecem ainda apoiar parte dos conteúdos das representações do núcleo central e das periferias anteriores (quarto quadrante da Tabela 1). Há também os termos “discriminação”, “desigualdade”, “preconceito” e “separação” que podem ser interpretados em sentidos ambivalentes. É possível pensar que os estudantes, de uma maneira geral, acreditam que as cotas podem refletir uma injustiça (sendo que há a crença de que as cotas são eminentemente raciais), pois o problema da falta de diversidade na academia lhes parece ser social. Talvez faça sentido interpretar estas expressões evocadas como algo que represente privilégio ao cotista em detrimento de outros estudantes e que isso venha a separar a universidade em grupos raciais. Porém, estas quatro evocações, podem também seguir outro sentido interpretativo, considerando-as como uma justificação da importância do sistema de cotas enquanto uma política de justiça social, em combate ao preconceito, discriminação, desigualdade e separação social e racial que há institucionalizado na nossa sociedade.

Tabela 1 - Representação sobre as “cotas universitárias” pelos estudantes da UFBA.

<i>Evocações</i>	<i>fi</i>	<i>O</i>	<i>Evocações</i>	<i>fi</i>	<i>O</i>
<i>1º Quadrante</i>			<i>2º Quadrante</i>		
Escola pública	11	1,909	Igualdade	11	2,727
Inclusão	15	2,067	Oportunidade	23	2,957
Negro	11	2,182			
<i>3º Quadrante</i>			<i>4º Quadrante</i>		
Reparação	6	2,167	Acesso	8	2,75
			Democracia	5	3,2
			Desigualdade	8	2,875
			Direito	7	3,143
			Discriminação	7	2,571
			Educação	9	3,889
			Preconceito	5	2,8

Nota: Tabela gerada pelo software EVOC, com ordem média de 2,5. “fi” representa a frequência e “O” representa a ordem de evocação.

A segunda questão do instrumento, “*Quais as cinco palavras lhe vem à mente quando você ouve a expressão ‘cotista’?*”, as evocações que surgem, segundo a análise do *Evoc*, como conteúdos do núcleo central das representações sobre o cotista, evocações com maior frequência cuja ordem de evocação seja inferior à ordem média são “escola pública” e

“pobre” (primeiro quadrante da Tabela 2). Pode-se inferir que essas sejam as principais características presentes no perfil de um estudante cotista.

Na primeira periferia desta representação, a palavra “negro” aparece sozinha e com considerável frequência, podendo entender que esta categoria seja algo também muito presente na representação de um cotista (segundo quadrante da Tabela 2). Na segunda periferia, o termo “estudante” aparece também só, o que pode se tratar de representação óbvia de alguém que adentra a universidade por meio das cotas (terceiro quadrante da Tabela 2).

Já na terceira periferia (quarto quadrante da Tabela 2), a cerca da representação sobre o cotista, aparecem as evocações “baixa renda”, “indígena”, “oportunidade” e “preconceito”. Os primeiros termos, “baixa renda” e “indígena”, pode estar se referindo a características de classe econômica e ao seu pertencimento étnico-racial do perfil de um cotista.

Legalmente, o sistema de cotas é primeiro uma política de reparação social, por considerar como primeiro critério a classe econômica, e numa importância posterior de reparação étnico-racial. A representação dos estudantes universitários sobre os cotistas segue a mesma hierarquia de importância, pois como visto, no núcleo central está a evocação “pobre”, enquanto característica socioeconômica e na primeira periferia (ou seja, mais próximo do núcleo central) está a evocação “negro”, fazendo referência ao pertencimento étnico-racial destes cotistas.

Apesar do pertencimento étnico-racial indígena estar, legalmente, na mesma hierarquia de importância que o pertencimento negro, nesta pesquisa a expressão “indígena” aparece em menor relevância e com menor interferência sobre o conteúdo do núcleo central. Isto fica evidente em Pinheiro (2009) quando busca analisar as percepções de professores e estudantes cotistas e não cotistas de cursos da UFBA sobre racismo e refletir sobre as características associadas aos grupos negros, índios e brancos, cotistas e não cotistas. Elas identificam que, por parte dos estudantes e professores, há um desconhecimento sobre os índios, sendo reconhecidas as conquistas que o movimento negro tem conseguido para o povo negro, mas com o manifestado desconhecimento generalizado com relação ao movimento indígena.

Tabela 2 - Representação sobre “cotistas” pelos estudantes da UFBA.

<i>Evocações</i>	<i>fi</i>	<i>O</i>	<i>Evocações</i>	<i>fi</i>	<i>O</i>
<i>1º Quadrante</i>			<i>2º Quadrante</i>		
Escola pública	13	1,692	Negro	26	2,5
Pobre	12	1,75			
<i>3º Quadrante</i>			<i>4º Quadrante</i>		
Estudante	8	1,875	Baixa renda	5	3,4
			Indígena	5	3,6
			Oportunidade	7	2,714
			Preconceito	8	2,75

Nota: Tabela gerada pelo software EVOC, com a média de 2,5. “fi” representa a frequência e “O” representa a ordem de evocação. “Prés.” representa a presença da palavra na sua forma e “khi2” representa o Qui-quadrado.

Este dado talvez esteja relacionado ao fato dos indígenas representarem apenas 4,3% de nossa população geral do Brasil, sendo pouco evidenciado nas discussões nacionais e

loais sobre as cotas, comparado aos negros (preto e pardo), que equivalem a 51% da população nacional e, especialmente, em Salvador, 79,2% da população (IBGE, 2010).

A evocação “oportunidade” também aparece, nesta última periferia, aparentemente corroborando a ideia do núcleo central e dos outros elementos periféricos de que as cotas sejam uma oportunidade de entrada à universidade para o estudante pobre, negro ou indígena e estudante de escola pública. A evocação “preconceito”, enquanto um elemento periférico para cotista é o único com sentido ambíguo, podendo ser neste inferido tanto a ideia de que os cotistas sejam alvo de preconceito na sociedade, quanto a ideia de que a adesão política das universidades e do governo, a este sistema, seja uma implementação preconceituosa.

A primeira questão aberta perguntava se o participante era contra ou favor das cotas e solicitava uma justificativa. A análise do *Alceste* gerou um aproveitamento de 57% de respostas classificadas e com um número médio de palavras analisadas por Unidades Elementares de Contextos (U.C.E.'s) de 9.94, divididas em três classes. Na Classe 1 com um percentual de 16% de respostas, as palavras com maior ordem de importância foram ‘necessidade’ e ‘básico’. Na Classe 2 houve um percentual de 20% de aproveitamento e tem as palavras ‘escola’ e ‘estudo’ com a maior ordem de importância. Já a Classe 3, com 64%, sendo esta portanto a classe com maior significância na classificação hierárquica, traz como vocabulário específico termos como ‘social’ e ‘racial’ com maior ordem de importância (vide Figura 1).

Os dados da classe 3, mais uma vez, sugerem que os estudantes creem que as cotas universitárias são de cunho racial em maior importância, pois os estudantes parecem ter a crença que estas são raciais, antes de serem sociais. Este padrão de resposta se manteve tanto entre os participantes que se manifestaram a favor, como os que se manifestaram contra as cotas universitárias.

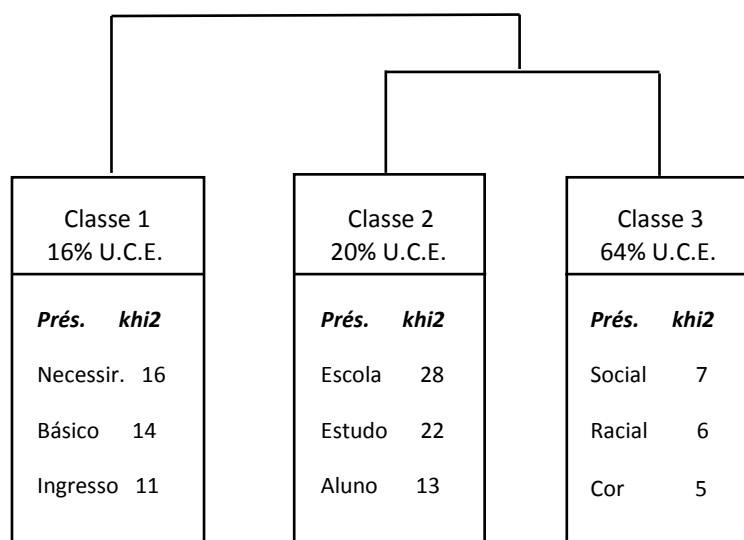


Figura 1 - Dendrograma referente a primeira pergunta aberta com 57% de respostas classificadas.

Nota: Número médio de 9.94 das palavras analisadas por U.C.E. “Prés.” representa a presença da palavra na sua forma e “khi2” representa o seu chi-quadrado.

As respostas de alguns participantes nesta questão podem ajudar nessa interpretação.

Sou contra. Acredito que a cor não interfere na capacidade de raciocínio do ser humano.
(Participante 10).

Sou contra a cota racial e a favor da cota social, pois questões raciais não justificam o conhecimento, mas sim um bom ensino durante toda a vida. (Participante 14).

Discordo com cotas relacionadas a cor e raça, pois não é porque uma pessoa é negra que ela será pobre, e existem muitos brancos com necessidades também. (Participante 35).

Sou a favor das cotas desde que sejam sociais, em que pese o fato de que no Brasil a pobreza e a educação ruim não afetam somente os negros, ou os brancos ou azuis. (Participante 40).

A segunda questão aberta se referia aos conhecimentos dos estudantes sobre o sistema de cotas. Desta análise do *Alceste* houve um aproveitamento de 49% de U.C.E.'s de classificação para análise. Com um número médio de 76 U.C.E.'s analisadas, no qual foram divididas em três classes de uma classificação hierárquica descendente. Na a Classe 1, houve um percentual de 42% da hierarquia de significância da faixa de classificação e a ordem maior de importância tem a sequência das palavras 'acesso', 'social', 'afirmativa' e 'política'. Na classe 2, no qual houve um percentual hierárquico mais significativo, 45%, as palavras que seguem a ordem de importância são 'escola', 'negros', 'pública' e 'estudantes'. Já na classe 3, com menor hierarquia de significância, de 13%, tem a ordem de importância maior para as palavras 'cursaram', 'ensino', 'médio' e 'colégio' (vide Figura 2).

Tentando construir uma linha de raciocínio acerca da Classe 2, sobre o conhecimento das cotas, pode-se extrair a ideia de que "são vagas destinadas a alunos e estudantes negros e indígenas, oriundos de escolas públicas". Na Classe 1, onde o percentual de hierarquia é menor, mas mais próxima a Classe 2, pode-se inferir a representação social das cotas universitárias como "políticas sociais de ação afirmativa que dão acesso a classes raciais".

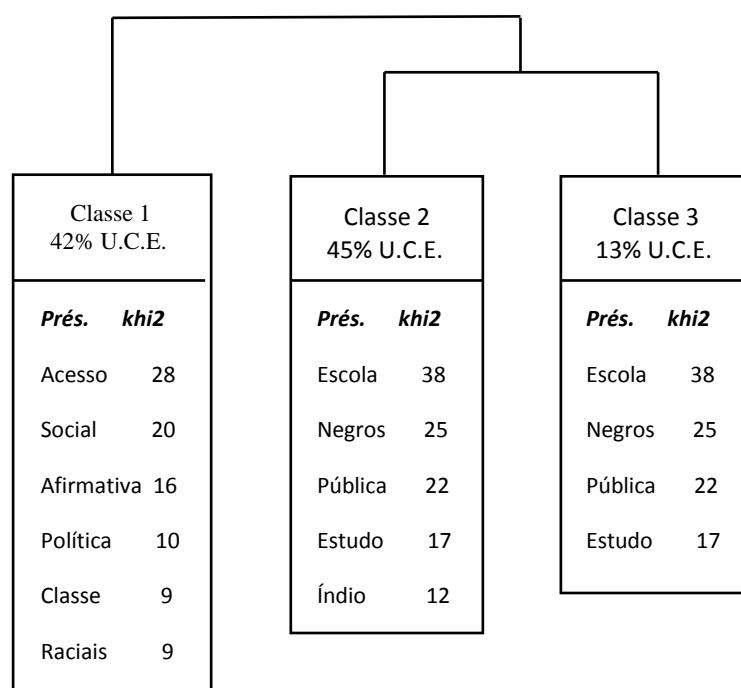


Figura 2 - Dendrograma referente a segunda pergunta aberta com 49% de respostas classificadas.

Nota: Número médio de 76.0 das palavras analisadas por U.C.E. "Prés." representa a presença da palavra na sua forma e "khi2" representa o seu chi-quadrado.

É possível acreditar que este seja o fator que contribui para que tanto os estudantes que são contra quanto os a favor das cotas universitárias mantenham discursos semelhantes, quanto ao entendimento das cotas como, sobretudo, raciais, deixando o social

em segundo plano. A estrutura de ideias das falas são as mesmas, entretanto, os que se dizem contra, se colocam assim porque acreditam que estas sejam primeiramente raciais. Além disto, esta amostra de participantes não apresenta propostas alternativas para tal execução. Por outro lado, a maioria dos participantes que se considera a favor crê no seu poder de reparação, mas com a ressalva de que eram a favor das cotas sociais e não raciais.

De um modo geral, talvez os estudantes a favor se posicionem de maneira crítica às cotas, levando em consideração a ideia da equidade e justiça social (sendo social ou racial) e os contra, levando em conta a ideologia de meritocracia e de ética protestante. Esta dupla representação Equidade x Meritocracia é observado também em Silva e Silva (2012), por via das percepções de que grupos minoritários estão em situação de desvantagem, por conta das desigualdades sociais e econômicas, que inviabiliza uma competição justa no vestibular ou através da percepção de que tal sistema de cotas como injusta por ferir a norma da meritocracia, sendo uma medida meramente assistencialista e imbuído da ideia de ameaça de perda de benefícios adquiridos enquanto grupo dominante.

Conclusão

Os dados da pesquisa sugerem que, em uma década de existência do sistema de cotas universitárias no Brasil, de maneira geral, os estudantes da UFBA, tem uma concepção sobre tal sistema que não se distancia muito de como ela esta proposta legalmente, apesar de algumas diferenças de ideias quando investigado sobre as *cotas* e sobre o *cotista*.

O fato de ser um meio de promoção de igualdade e de oportunidade de inclusão parece ser algo bastante presente na ideia dos participantes da pesquisa, assim também como é evidenciado no discurso dos estudantes favoráveis ao projeto de cotas, na investigação de Silva e Silva (2012). Contudo, associado aos conteúdos referentes ao núcleo central da representação sobre tal sistema estão as expressões que denotam o pertencimento étnico e racial negro, em detrimento das expressões relacionadas ao perfil socioeconômico que diretamente não é evidenciado. Será que este fenômeno se refere ao fato destes estudantes universitários acreditarem que o sistema de cotas seja somente pelo critério racial? Ou que o critério racial seja anterior ao critério socioeconômico? Se sim, este fenômeno confirma os resultados, colocados por Paiva e Almeida (2010) da ideia de racialização deste sistema relatados em outros trabalhos. Porém, uma análise que contraponha a este questionamento está na investigação sobre a representação sobre o *cotista*, no qual o caráter socioeconômico integra ao núcleo central, em detrimento ao caráter do pertencimento étnico e racial que se encontra na primeira periferia.

Apesar desta provável ideia de racialização do sistema de cotas acontecer, estas não são primordialmente raciais, pois priorizam estudantes de escolas públicas e em especial, oriundos de famílias com nível econômico baixo, como exposto na lei no seu Art. 1º, apesar de tal política também ter seu teor racial como mostra na lei no seu Art. 3º. Esta representação racializada também pode ser alimentada pelo fato deste sistema ter sido sempre pautado pelo Movimento Negro em função de uma reparação histórico-racial.

Além disso, enquanto dado desta pesquisa, não houve referência a pessoas com deficiências como perfil de público alvo desta política de reserva de vagas universitárias. Souza, Silva, Melo, Seemann e Amante (2013) afirma que concomitante a implementação gradual do sistema de cotas para ingresso nas universidades aos estudantes oriundos de

escolas públicas e de pertencimento racial preto, pardo e indígena, foi se aprofundando também as discussões sobre as formas de acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior, estando atualmente implementada por algumas instituições públicas de ensino superior, regulamentada através dos seus Conselhos Universitários.

Esta falta de evocações pelos participantes da pesquisa pode estar relacionada ao fato de na UFBA não ter algum decreto ou resolução que normatize a reserva de vagas para tal público com deficiências, diferentemente de outras dezenove Universidades Estaduais e Federais no Brasil (Souza *et al.*, 2013).

A primeira limitação deste estudo está no que diz respeito a este não ter a proposta de investigar relações mais finas que explique o porquê do paradoxo de as pessoas se dizerem contra e a favor das cotas, tendo uma estrutura de ideias muito semelhante. O segundo limite é saber o quanto o pertencimento étnico-racial, de classe social, do curso universitário dos participantes desta pesquisa pode influenciar no padrão de respostas, o que necessitaria de um maior aprofundamento temático acerca das categorias e grupos sociais. Outro limite é não ter a possibilidade de interpretação mais refinadamente dos resultados aqui comentados como ambivalentes, através das evocações “discriminação”, “desigualdade”, “preconceito” e “separação”. Esta ambivalência pode ser relacionada com o discurso de alguns estudantes participantes da pesquisa de Silva e Silva (2012), quando concordam que uma parcela da população permanecem excluídas do ensino superior, sendo, portanto, legítimo a implementação de tal sistema, porém, entendem ser melhor não se ter cotas, pois a consideram sob uma ideia de injustiça ao tratar pessoas de grupos sociais de forma desigual.

Em suma, faz-se importante uma promoção mais ampla de conhecimentos sobre o sistema de cotas universitárias no Brasil, no intuito de tornar visíveis as necessidades populares, assim como mais compreensível a importância de políticas públicas de reparação.

Referências

- Abriç, J.-C. (2000). A abordagem estrutural das representações sociais. In A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Org.). *Estudos interdisciplinares de representação social* (2a. ed., pp. 27-38). Goiânia: AB.
- Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S., & Trindade, Z. A. (2000). As práticas sociais como objeto de estudo: Contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. *Temas em Psicologia da SBP*, 8(3), 257-267. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org>.
- Cardoso, C. F. (2012). Uso, em história, da noção de representações sociais desenvolvida na psicologia social: um recurso metodológico possível. *Psicologia e Saber Social*, 1(1), 40-52. Recuperado de <http://www.psi-sabersocial.uerj.br/>.
- Chaves, A. M., & Silva, P. L. (2011). Representações Sociais. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Orgs.). *Psicologia Social: Temas e Teorias* (pp. 299-349). Brasília: Technopolitik.
- Cicalo, A. (2012). Nerds and Barbarians: Race and Class Encounters through Affirmative Action in a Brazilian University. *Journal of Latin American Studies*, 44, 235-260. Recuperado de <http://journals.cambridge.org/>.
- Cordeiro, M. J. de J. A. (2013). Um balanço das cotas para negros e indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: da criação das leis aos dias atuais. In J. T. dos Santos (Org.). *O impacto das cotas nas universidades brasileiras*. Salvador: CEAQ.

- Instituto Brasileiro Geografia e Estatística. (2010). Tabela 1.2.1 - População residente, por cor ou raça, segundo o sexo, a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil – 2010. In Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. *Censo Demográfico 2010*. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br>.
- Lei nº 2.589 de 26 de dezembro de 2002 (2002). Dispõe sobre a reserva de vagas aos vestibulandos índios na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- Lei nº 2.605 de 6 de dezembro de 2003 (2003). Dispõe sobre a reserva de vagas para negros nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- Lei nº 12.711 de 29 de agosto 2012 (2012). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Machado, E. A., & Silva, F. P. (2010). Ações afirmativas nas universidades: o que dizem os manuais. In A. R. Paiva. (Org.). *Entre dados e fatos: Ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras* (pp. 19-50). Rio de Janeiro: Ed. Puc Rio, Pallas.
- Mazzotti, A., & Judith, A. (2002). A abordagem estrutural das representações sociais. *Psicologia da Educação* (14/15), 17-37.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Naiff, D. G. M., Naiff, L. A. M., & Souza, M. A. (2009). As representações sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 9(1), 216-229. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org>.
- Nascimento-Schulze, C. M., & Camargo, B. V. (2000). Psicologia social, representações sociais e métodos. *Temas em Psicologia da SBP*, 8(3), 287-299. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org>.
- Paiva, A. R. (2010). *Entre dados e fatos: Ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. Puc Rio, Pallas.
- Paiva, A. R., & Almeida, L. C. (2010). Mudança no campus: falam os gestores das universidades com ação afirmativa. In A. R. Paiva (Org.). *Entre dados e fatos: Ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras* (pp. 75-114). Rio de Janeiro: Ed. Puc Rio, Pallas.
- Pinheiro, N. F. (2009). *Cotas na UFBA: percepções sobre racismo, antirracismo, identidades e fronteiras*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Afro-Orientais, Salvador, Bahia, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8591/1/Ferreira..pdf>.
- Queiroz, D. M., & Santos, J. T. (2006). Sistema de cotas: um debate dos dados à manutenção de privilégios e de poder. *Educação e Sociedade*, 27 (96 – Especial), 717-737. Recuperado de www.scielo.br.
- Resolução n. 196 de 18 de julho de 2002 (2002). Estabelece e aprova o sistema de quotas para população afro-descendente, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação e pós-graduação e dá outras providências. Universidade do Estado da Bahia.
- Resolução n. 01 de 26 de julho de 2004 (2004). Altera a Resolução 01/2002 do CONSEPE. Estabelece reserva de vagas na seleção para os cursos de graduação da UFBA realizada através do Vestibular. Serviço Público Federal. Ministério da Educação Universidade Federal da Bahia.
- Resolução n. 370 de 07 de abril de 2006 (2006). Cria Comissão para estudos e análise sobre Cotas de Índios no Processo Seletivo/Vestibular da UNEB. Universidade do Estado da Bahia.
- Resolução n. 468 de 16 de agosto de 2007 (2007). Aprova a reformulação no sistema de reservas de vagas para negros e indígenas e dá outras providências. Universidade do Estado da Bahia.
- Resolução n. 710 de 01 de agosto de 2009 (2009, 01 de agosto). Altera as alíneas “a” e “b” do Artigo 4º da Resolução CONSU n.º 468/2007. Universidade do Estado da Bahia.

- Sá, C. P. (1996). *Núcleo Central das Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, J. T. dos. (2013). Introdução. In J. T. dos Santos (Org). *O impacto das cotas nas universidades brasileiras*. Salvador: CEAO.
- Santos, J. T., & Queiroz, D. M. (2013). O impacto das cotas na Universidade Federal da Bahia (2004-2012). In J. T. dos Santos (Org). *O impacto das cotas nas universidades brasileiras*. Salvador: CEAO.
- Sant'Anna, H. C. (2012). OpenEvoc: Um programa de apoio à pesquisa em Representações Sociais. *Anais do VII Encontro Regional da Abrapso*, Espírito Santo, Brasil. Recuperado de www.abrapso-es.com.br.
- Silva, M. N. da., & Pacheco, J. Q. (2013). As cotas na Universidade Estadual de Londrina: balanço e perspectiva. In J. T. dos Santos (Org). *O impacto das cotas nas universidades brasileiras*. Salvador: CEAO.
- Silva, P. B., & Silva, P. da. (2012). Representações sociais de estudantes universitários sobre cotas na universidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 24(3), 525-542. Recuperado de <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/517/759>.
- Souza, S. R. C. de, Silva, J. E. O., Melo, P. A. de, Seemann, D. K., & Amante, C. J. (2013). Gestão universitária e acesso à universidade: sistema de cotas para pessoas com deficiência. *Gestão Contemporânea*, 10(13), 165-180. Recuperado de <http://seer2.fapa.com.br/index.php/arquivo>.
- Telles, E. (2003). *Racismo à brasileira*. Uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford.
- Valverde, D. O. (2008). *Para além do ensino médio: a política de cotas da Universidade de Brasília e o lugar do/a jovem negro/a na educação*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Apresentação: 18/02/2014

Aprovação: 05/06/2014